



AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Juliana Negrello Rossarolla; Livia Catarina Matoso dos Santos Telles; Paulo Severino Silva;¹

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

mepe@unir.br

RESUMO: Embora a Educação Física Escolar tenha passado por importantes discussões que possibilitaram sua consolidação enquanto componente curricular não sexista, é possível observar que as questões de gênero ainda necessitam ser discutidas, tendo em vista que ocorre um processo de hierarquização entre os gêneros advindo das relações de poder que se estabelecem em diferentes momentos das aulas de Educação Física, como na forma em que o professor organiza os conteúdos e estabelece assim sua prática discursiva. Partindo desta análise, este artigo tem como propósito realizar uma revisão bibliográfica que permita a apropriação dos conhecimentos já produzidos e disseminados em livros, periódicos, artigos científicos, entre outros, para entender como aconteceu a construção histórica das relações de poder na sociedade e na Educação Física. Os resultados encontrados apontam que é fundamental que o professor e a professora de Educação Física aprofundem conhecimentos sobre as relações de gênero, em que possam aprimorar suas percepções para compreenderem as relações de poder e seus diferentes efeitos, como os conflitos de gênero verificados nas aulas. Os professores devem ser capazes de promover atividades que permitam que alunos e alunas estejam integrados e construir uma consciência que seus alunos fazem parte, assim como ele próprio, de uma rede de poder estabelecida na sociedade.

Palavras-chave: Gênero, Educação Física, Relações de poder

¹ Orientador: João Guilherme Rodrigues Mendonça



INTRODUÇÃO

A temática de gênero tem sido cada vez mais abordada no currículo escolar, sendo foco de discussão em diversas disciplinas, em especial na Educação Física.

Por muitos anos essa temática permeou apenas o currículo oculto das escolas. Os professores, gestores e alunos vivem momentos que envolvem as questões de gênero, porém nem sempre há espaço e tempo no currículo para discussões pertinentes ao assunto.

Poder inserir as discussões de gênero no contexto escolar contribui para a desmistificação e naturalização de alguns conceitos socialmente construídos.

Por décadas os estudos sobre gênero vêm produzindo inúmeras discussões que contribuíram para o desenvolvimento social do tema.

Altmann; Ayoub; Amaral (2011) afirmam que acontecem situações em que as diferenças de gênero relacionadas a aspectos físicos, técnicos, emocionais e sociais são marcantes, cabendo ao/a professor/a contextualizar as vivências de forma enriquecedora para que os/as alunos/as possam se superar.

Altmann (2009) ressalta que dentro da escola, a Educação Física é um dos

espaços onde essas distinções se tornam mais evidentes. Conhecida como uma disciplina prática que trabalha com o corpo, busca no corpo, percebida sob uma perspectiva biológica, as justificativas para as segregações.

Frente a esses aspectos que estão voltadas as necessidades de compreender a temática de gênero, surgem assim alguns questionamentos: Como aconteceu o processo histórico da relação de poder? Qual a influência das relações de gênero na Educação Física?

Essas questões serão os pontos norteadores desse artigo, que será realizado se utilizando da revisão bibliográfica.

Assim, o objetivo desse estudo é apropriar-se dos conhecimentos já produzidos e disseminados por livros, periódicos, entre outros, para entender como foram construídas as práticas sexistas na Educação Física e qual é o papel do professor frente as relações de poder estabelecidas na sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia se configurou na análise crítica da temática do gênero no âmbito da Educação Física, questionada a partir de revisão bibliográfica que infere



acerca de como ampliar a compreensão do professor de Educação Física quanto as relações de poder que se estabelecem entre os gêneros. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palavra sociedade nos remete ao entendimento de grupo ou conjunto de pessoas. Elias (1994) complementa que os grupos formados por diferentes regiões demográficas compõem tipos diferenciados de sociedades.

Esse pensamento conduz ao juízo de costumes e normas específicas para cada uma das sociedades, que está diretamente relacionado ao processo de socialização dos indivíduos, que segundo Retondar (2013) pode ser definido como os procedimentos que transformam o indivíduo em um membro da sociedade.

Dentro desse contexto as estruturas sociais são estabelecidas e consolidadas a partir de tais premissas em que o comportamento dos indivíduos pertencentes aos diferentes grupos são determinados e conduzidos visando à estruturação e manutenção social. Gruppi (1996) expõe o pensamento de Engels, afirmando que para o teórico revolucionário, o desenvolvimento social e familiar é como um

processo conjunto, onde a sociedade busca organizar as relações entre os sexos para sua própria vida e sobrevivência, visando suas necessidades econômicas.

Gruppi (1996) diz que para Engels, na sociedade originária da tribo, não se conhecia a propriedade privada, logo não existia subordinação feminina. O surgimento da subordinação feminina aconteceu concomitantemente a criação de gado que se deu através da caça, marcando assim o início da propriedade privada.

O processo de formação da sociedade privada deu início a intensa relação de poder entre os diversos segmentos sociais, tais como, família, estado e clero. As relações de poder passaram a exercer forte influência na vida social, por conduzir as ações dos indivíduos pertencentes a determinados grupos.

De acordo com Weber (2003) o poder, ou a possibilidade de encontrar obediência se pode fundar em diversos tipos de submissão, sendo a dominação legitimada através de três formatos: a dominação legal que acontece a partir de um estatuto que subsidia as ações burocráticas; a dominação tradicional que acontece através da crença pela santidade onde os súbitos obedecem ao senhor ou patriarca, pessoa que dá as ordens a seus subordinados (familiares ou escravos); e por fim dominação carismática que está



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ligada a devoção afetiva por seu senhor, pessoa representada por um líder.

Pensando a partir da consolidação da sociedade e das relações de poder estabelecida, percebesse que se iniciou uma forma diferenciada de entender e projetar o comportamento dos indivíduos, sendo que a relação de poder envolta na vida social passa a exigir uma conduta de utilidade e subserviência.

Foucault (1999) relata que o corpo dócil torna o ser humano mais útil e obediente, favorecendo o processo disciplinar em diferentes seguimentos.

A relação de poder existente na utilidade e obediência desse corpo é um aspecto que aparece muito forte no âmbito escolar. A escola foi um dos lugares usado para a constante vigilância, onde as pessoas passaram a observar umas as outras com intuito de manter o controle social. Todas essas condutas de constante vigilância são entendidas como o processo disciplinar que cria um sistema de recompensas e penalidades constantes para singularizar e categorizar os indivíduos.

Ainda na visão de Foucault (1999), as ações de retribuição ao comportamento entre o bom e o mal construiu uma hierarquia dos indivíduos. Tendo como propósito homogeneizar a massa, instituindo um padrão de normalidade que deveria ser seguido por todos. Esse padrão de

normalidade pode ser descrito como o processo disciplinar que funciona nas instituições. O entendimento de norma disciplinar evidencia a constante necessidade da manutenção do poder, onde todas as ações são direcionadas a manipular e manter o controle social. Singularizar os indivíduos tornou-se uma necessidade, para isso todos precisavam ser medidos, codificados e classificados através de avaliações.

O processo de categorização tornou ainda mais evidente as diferenças entre os indivíduos, tendo como pano de fundo o discurso biológico para justificar essas ações. Se antes as normas conduziram os comportamentos, a partir de então passam a adquirir papel fundamental na categorização das pessoas estabelecendo as condutas de homens e mulheres. Toda a relação de poder existente na interação dos sexos estreita as diferenças através do papel social exercido por eles. Assim, como já foi mencionado anteriormente em relação à criação da sociedade a partir do surgimento da economia, homens e mulheres passam a ter seu papel definido socialmente. Para os homens são direcionadas as ações que envolva o poder e comando, já para as mulheres resta atividades submissas que não as permita participar da tomada de decisões.

Todo esse contexto de obediência e submissão foi crucial para o processo de

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

construção histórica da desigualdade entre os sexos, onde o masculino passa a exercer a soberania sobre o feminino. Essa ideia de diferenciação social entre os sexos, que é um aspecto biológico, tende a ser entendida através das relações de gênero.

Segundo a estudiosa Goellner (2005), mesmo a palavra gênero podendo ser observada a partir de diferentes olhares teóricos, é de comum acordo que se refira fundamentalmente à construção social dos sexos. Scott (1989) ressalta que o termo gênero rejeita qualquer forma de justificar a subordinação feminina através das diferenciações biológicas existente no fato de que as mulheres têm filhos e os homens são possuidores de força muscular superior a do sexo oposto.

Essa rejeição tem uma explicação na fala de Saraiva (2005), onde diz que embora as determinações históricas nos evidenciem o sexo feminino como tradicionalmente dominado e inferiorizado em relação ao masculino, houve um tempo que em forma de mito a força e qualidade das mulheres superavam a dos homens. Esse período foi marcado pelos mitos das deusas gregas. O desenvolvimento da sociedade industrial se encarregou de utilizar os aspectos de rendimento feminino como forma de mais valia. Com a mesma capacidade que os gregos tinham de explicar sua cultura por meios de mitos o ocidental possui

de criar e recria-la através do sistema indústria da cultural.

O fato das questões biológicas não existirem quando as forças de trabalho femininas são importantes para o sistema social, evidencia a fragilidade do discurso biológico. Esse é um problema que historicamente o movimento feminista vem buscando mudar através das lutas e enfrentamentos, com propostas políticas que favoreça a inserção da mulher na sociedade sem que haja a discriminação em decorrência do gênero.

Devide (2005) ressalta que o pensamento feminista separatista teve a ideia de diferenciar o esporte feminino do masculino. Essa proposta foi embasada no princípio de que as mulheres teriam mais facilidade de acesso à prática exclusivamente masculina, sem que houvesse exposição a qualquer forma de discriminação. Sendo as aulas de Educação Física escolar um dos primeiros espaços a ser colocada em prática a separação de meninos e meninas.

Essa separação em longo prazo fez com que as diferenças se acentuassem ainda mais. Tal situação pode ser verificada na fala de Louro (2014), que afirma ser a escola um dos ambientes que deixa transparecer o lugar de todos os indivíduos, categorizando e rotulando um-a-um presente no processo educacional.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Saraiva (2005) ressalta a existência de aspectos sexistas na Educação Física, do mesmo modo que na educação familiar e escolar, que transformaram a mulher em um ser submisso, obediente e dócil, com papel secundário e de menor valor social, privando-a de participar de decisões políticas.

Pelo fato da Educação ser um aspecto primordial na vida e reprodução humana:

É processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural, em decorrência do que cada novo membro do grupo precisa recuperá-la, inserindo-se no fluxo de sua cultura. (SEVERINO, p.289 2013)

Partindo dessa definição de educação, entendesse que propor práticas de ensino que haja separação de meninos e meninas, acaba por legitimar todo o discurso de diferenciação dos gêneros. Discurso que vem sendo produzido socialmente que o movimento feminista tenda desconstruir. Se a educação é importante no processo de construção do ser humano, por ser capaz de repassar toda a carga cultural que é necessária para a sobrevivência e permanência da espécie, deve acontecer tanto para homens quanto para mulheres.

Na Educação Física brasileira as práticas corporais se construíram a partir de métodos ginásticos orientados pela visão mecanicista do corpo e por fins higienistas que estabeleceram o caráter

utilitário do exercício físico, assim como afirma Saraiva (2005). Esse caráter juntou-se a prática hegemônica da Educação Física escolar hoje que é o esporte. Por anos as concepções que norteia as ações pedagógicas da Educação Física simplificam-se a uma visão formativo-educativa do esporte, impedindo uma educação crítica que proponha ideias inovadoras e dificultam o redimensionamento das práticas.

Mesmo que na prática cotidiana seja comum observar o desencorajamento das meninas em relação a algumas práticas de atividade física, fazendo com que o nível de envolvimento diminua em relação aos praticados por meninos. A atitude de desencorajamento é um aspecto que pode estar atrelada a prática esportiva presente nas aulas de Educação Física, que em muitas escolas é o conteúdo que aparece com maior evidência. Além de em alguns casos contribuir para a diferenciação dos gêneros. Deive (2005), afirma que os estudos feministas amparados nas pesquisas categóricas tem o esporte como uma prática exclusivamente masculina, sendo assim as mulheres que neles se insere corre o risco de perder sua feminilidade. O discurso biológico que sempre permeou as discussões de gênero, também é evidenciado nas aulas de Educação Física para oprimir e subjugar a mulher.

Segundo Deive (2005) o discurso

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



biológico vem sendo utilizado para justificar as diferenças sociais que determinam os comportamentos de homens e mulheres e estabelecendo a limitação de acesso para as mulheres em diversos seguimentos sociais inclusive o esporte. Na prática esportiva é possível não observa a existência de estereótipos em algumas modalidades, como é o caso da dança, futebol, boxe e levantamento de peso.

Saraiva (2005) acrescenta que, há necessidade de compreender o desenvolvimento dos estereótipos sexuais e a consequente discriminação dos papéis sociais por via da explicação dos estereótipos como produto da cultura. Quando a autora fala sobre a importância de entender os estereótipos como uma construção social, a mesma quer deixar claro que a ideia de forte, frágil, agressivo e/ou delicado faz parte de um processo que foi construído socialmente ao longo dos tempos. Ainda de acordo com a autora é necessário buscar a formulação teórica sobre o estereótipo sexual na Educação Física e no Esporte, formulando o redimensionamento das práticas pedagógicas. Esse redimensionamento passa pela coeducação na Educação Física e visa um processo que esclareça opressão e discriminação presente nas relações sociais entre homens e mulheres.

Segundo a autora conhecendo-se a concepção histórica da Educação

Física, sabe-se que a utilização do esporte na escola tem se configurado um importante mecanismo de reforço à estereotipia sexual. O uso do esporte tende a evidenciar a relação social estabelecida, do professor, escola e sociedade. Significando a confirmação da normatização social, devido à falta de objetividade de mudanças. Além de representar uma maior facilidade pedagógica ao professor, por apresentar regras socialmente definidas onde não há necessidade de muda-las. Os jogos com poucos participantes, baixo risco, baixa normatização, menos contato agressivos e movimentos simples são os frequentemente escolhidos para o esportismo feminino.

CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica que foi realizada contribuiu para a compreensão de como a sociedade construiu as relações de poder.

Na dinâmica histórica da construção do gênero, pode-se entender que o mesmo faz parte da estrutura social de cada grupo. Todas as sociedades têm por princípio a diferenciação dos sexos para determinar os papéis sociais de homens e mulheres.

Para embasar as distinções que são feitas entre os sexos alguns aspectos foram e são utilizados, como por exemplo, as



diferenças biológicas que são pautadas na anatomia e fisiologia e aspectos sociais que tem como princípio a moralidade (normatização dos sexos).

Assim como foi observado no decorrer do texto, tais aspectos que são citados acima exerceram e continuam exercendo influência também na área da Educação, tendo como uma das principais disciplinas a Educação Física.

A Educação Física, em seu contexto histórico, se tornou um aspecto de segregação entre os sexos. Evidência disso é a soberania masculina nas práticas esportivas, onde o homem é quem na maioria das vezes tem o direito na tomada de decisões.

Embora tenha passado por um processo de evolução que culminou na possibilidade de aulas mistas, a Educação Física ainda nos dias atuais apresenta fortes traços sexistas. Temos como exemplo as atividades de lutas e danças que podem ser taxadas como de meninos e de meninas.

Contudo, entende-se que as discussões pautadas nas práticas corporais femininas, voltadas para a Educação Física, têm como princípio ir além de atividades que envolva a representatividade das mulheres no esporte.

O propósito do debate é desmistificar os conceitos socialmente construídos sobre os gêneros, para que dessa forma

seja possível a participação de todas nas aulas, com os mesmos direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Currículo, gênero e esportes. In_: **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Organizado por Paula Regina Costa Ribeiro, Méri Rosana Santos da Silva, Silvana Vilodre Goellner. Rio Grande: UFRG, 2009. p. 57;58;64.

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. **Gênero na prática docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”?**. Estudos feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

CASTEJÓN, F. J.; GIMÉNEZ, F. J. **Teachers’ perceptions of physical education content and influences on gender differences**. Motriz, Rio Claro, v.21 n.4, p. 375-285, Oct./Dec. 2015.

DEVIDE, F. P. **Gênero e Mulheres no Esporte: História das Mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos**. Ijuí. Editora Unijuí, 2005.

ELIAS, N.; **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FOULCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. (tradução) Raquel Ramalhete. 20. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

GOELLNER, S. V. Gênero. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

(Orgs.). Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado e, Marx, Engeles, Lênin e Gramsci. 14 ed. Porto Alegre: LP&M, 1996.

LOURO, G. L. Gênero, **Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2014.

Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

RETONDAR, Anderson Moebus. **Fundamentos Sócio-Históricos da Educação**. João Pessoa, Editora da UFPB,

2013. Antropologia e educação: breve nota acerca de uma relação necessária.

SARAIVA, M. C. **Co-Educação Física e Esportes: Quando a diferença é Mito**. 2ª edição. Ijuí. Editora Unijuí, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Editora da UFPB. João Pessoa. 2013, p. 289-320.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel. Marx Weber: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1998